



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 9, setembro 2009. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em setembro de 2009 foi deficitário em R\$ 7,6 bilhões, contra superávit de R\$ 4,0 bilhões obtido em agosto. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 1,6 bilhão, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 9,2 bilhões e de R\$ 62,0 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em setembro de 2009 foi deficitário em R\$ 7,6 bilhões, contra superávit de R\$ 4,0 bilhões obtido em agosto.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	AGO 2009	SET 2009	JAN-SET 2008 2009	
I. RECEITA TOTAL	60.839,0	53.553,9	526.251,8	516.073,3
I.1. Receitas do Tesouro	46.238,5	39.277,9	411.632,0	389.766,1
I.1.1. Receita Bruta (1)	47.199,2	40.276,1	419.860,1	397.750,1
I.1.2. (-) Restituições	-960,6	-998,1	-8.228,1	-7.929,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	14.400,2	14.091,0	113.356,2	124.743,5
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	14.033,3	13.727,8	109.693,2	121.390,2
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	366,9	363,2	3.663,0	3.353,4
I.3. Receitas do Banco Central	200,3	185,0	1.263,6	1.563,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.093,0	8.111,1	94.115,3	90.664,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	50.746,0	45.442,8	432.136,5	425.408,8
IV. DESPESA TOTAL	46.788,4	53.075,4	351.151,9	409.035,1
IV.1. Despesas do Tesouro	26.942,2	29.564,6	204.321,6	243.591,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.422,6	11.701,8	92.090,9	109.636,7
IV.1.2. Custeio e Capital	15.413,3	17.760,8	111.636,6	133.125,0
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.798,2	2.347,3	15.439,3	20.717,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	312,0	809,7	2.900,6	1.854,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.601,7	1.610,9	11.890,3	14.041,9
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.701,4	12.992,8	81.406,4	96.510,8
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.450,7	9.691,5	63.159,7	75.943,8
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.250,7	3.301,3	18.246,7	20.567,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	106,3	102,1	594,1	829,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.591,7	23.263,8	145.166,5	163.477,5
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.666,4	18.602,7	116.178,0	130.819,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.925,3	4.661,1	28.988,4	32.657,8
IV.3. Despesas do Banco Central	254,5	247,0	1.663,8	1.966,5
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	3.957,5	-7.632,6	80.984,6	16.373,8
VI.1. Tesouro Nacional	9.203,3	1.602,2	113.195,0	55.510,6
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-5.191,5	-9.172,8	-31.810,3	-38.734,0
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-1.633,1	-4.874,9	-6.484,9	-9.429,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.558,4	-4.297,9	-25.325,4	-29.304,4
VI.3. Banco Central (6)	-54,2	-62,0	-400,2	-402,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,78%	0,74%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-SET %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	18,4%	-1,9%
Tesouro	18,8%	-5,3%
Previdência	16,7%	10,0%
Transferências	23,1%	-3,7%
Receita Líquida	17,4%	-1,6%
Despesas	10,9%	16,5%
Benefícios	9,3%	12,6%
Pessoal	9,5%	19,1%
Custeio e Capital	13,8%	19,3%
FAT	16,1%	34,2%
Subsídios	-38,9%	-35,5%
LOAS/RMV	18,9%	18,1%
Outras	16,2%	18,7%
Custeio	9,7%	20,4%
Capital	46,0%	12,7%
PIB estimado	12,1%	3,7%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 6,9 bilhões (14,7%), passando de R\$ 47,2 bilhões em agosto para R\$ 40,3

bilhões em setembro. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) queda de R\$ 7,8 bilhões na arrecadação de dividendos, e ii) redução de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais no montante de R\$ 1,7 bilhão registrada em agosto (sem correspondente em setembro) e a reclassificação dessas receitas em setembro para as contas dos tributos que as originaram (IRPJ e CSLL).

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 8,1 bilhões em setembro, contra R\$ 10,1 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 19,6% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 6,4 bilhões, com redução de 11,0% frente a agosto de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de agosto, repassado em setembro. As demais transferências diminuíram R\$ 1,2 bilhão (43,9%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e da participação especial na exploração de petróleo e gás natural.

Do lado dos dispêndios, verificou-se o acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (9,7%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a agosto, explicada, principalmente, pelo crescimento de R\$ 2,3 bilhões (15,2%) dos dispêndios de custeio e capital, decorrente do aumento das despesas discricionárias (R\$ 2,0 bilhões).

O déficit da Previdência Social aumentou 76,7% (R\$ 4,0 bilhões) relativamente a agosto, passando de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 9,2 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 4,9 bilhões no mês, contra R\$ 1,6 bilhões em agosto, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R\$ 4,3 bilhões em setembro, superior em R\$ 739,4 milhões ao déficit de R\$ 3,6 bilhões apurado em agosto.

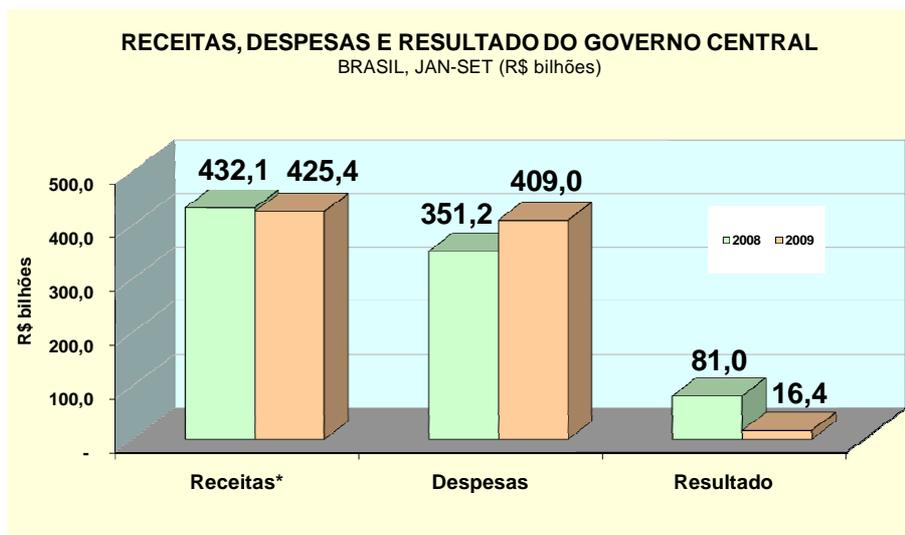
No acumulado de janeiro a setembro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 16,4 bilhões, contra R\$ 81,0 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 1,6% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 16,5%.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/09	SET/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.233,6	6.436,3
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.696,9	1.512,3
Total	10.093,0	8.111,1

¹ Inclui auxílio financeiro

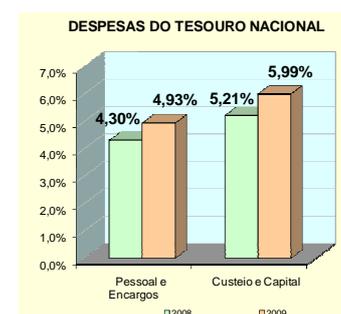
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	5,28%	2,50%
Previdência Social	-1,48%	-1,74%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	3,78%	0,74%

No acumulado de janeiro a setembro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 16,4 bilhões, equivalente a 0,74% do PIB.



A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis e das desonerações ocorridas no período.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 5,3% (R\$ 22,1 bilhões) relativamente ao período de janeiro a setembro de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 12,1% na produção industrial no período de janeiro a agosto de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, com impacto sobre a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas.



As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 19,2% em termos nominais entre janeiro e setembro de 2009, frente ao mesmo período de 2008. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,4 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 14,9 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 7,4 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 2,5 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R\$ 2,3 bilhões (12,7%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal, da reestruturação de carreiras dos servidores, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 21,8% (R\$ 6,9 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 31,8 bilhões para R\$ 38,7 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 11,4 bilhões (10,0%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 18,3 bilhões (12,6%) em decorrência do aumento de 10,1% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	113.356,2	124.743,5	10,0%
Urbano	109.693,2	121.390,2	10,7%
Rural	3.663,0	3.353,4	-8,5%
Benefícios	145.166,5	163.477,5	12,6%
Urbano	116.178,0	130.819,7	12,6%
Rural	28.988,4	32.657,8	12,7%
Res. Primário	-31.810,3	-38.734,0	21,8%
Urbano	-6.484,9	-9.429,5	45,4%
Rural	-25.325,4	-29.304,4	15,7%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional diminuiu 14,7% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito da arrecadação de dividendos em agosto, sem correspondente em setembro.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ago/09	set/09
Impostos	17.257,9	18.453,4
Imposto de Renda	11.942,3	12.698,2
IPI	2.441,5	2.656,2
Outros	2.874,1	3.099,0
Contribuições	16.683,2	18.158,9
Cofins	9.832,2	10.260,1
CPMF	32,6	39,0
CSLL	2.573,6	3.306,2
Cide - Combustíveis	603,4	609,6
Outras	3.641,5	3.944,1
Demais	13.258,0	3.663,7
Cota parte	938,3	1.156,9
Diretamente Arrecadada	1.630,0	1.772,8
Dividendos da União	7.814,3	37,9
Concessões	7,3	1.150,1
Outras	2.868,1	(453,9)
Total Bruto	47.199,2	40.276,1

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 907,0 milhões (20,0%) no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 9,4 bilhões, que corresponde a 24,3% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 29,3 bilhões (75,7% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 40,3 bilhões em setembro contra R\$ 47,2 bilhões verificados em agosto de 2009 (redução de 14,7%). Este comportamento é explicado pela diminuição de R\$ 9,6 bilhões nas demais receitas do Tesouro, atenuada pelos acréscimos de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação de contribuições e de R\$ 1,2 bilhão na de impostos.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 18,5 bilhões e as de contribuições R\$ 18,2 bilhões em setembro, apresentando, respectivamente, crescimentos de R\$ 1,2 bilhão (6,9%) e de R\$ 1,5 bilhão (8,8%) em relação aos valores apurados em agosto. Essa evolução reflete, em especial, o aumento de R\$ 711,8 milhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 732,6 milhões na da CSLL, como consequência da movimentação do saldo dos depósitos judiciais, das demais receitas para as contas desses tributos, em virtude de reclassificação realizada em setembro de 2009.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 3,7 bilhões no mês contra R\$ 13,3 bilhões registrados em agosto de 2009, apresentando redução de R\$ 9,6 bilhões (72,4%). As principais variações nesse grupo foram: i) a diminuição de R\$ 7,8 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) a queda de R\$ 3,3 bilhões na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais registrada em agosto (sem correspondente em setembro), com transferência dos recursos da rede bancária para a Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1,7 bilhão, em conformidade com a Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009, associada à reclassificação de saldos dessa conta para as contas de impostos e contribuições, especialmente IRPJ e CSLL; e iii) o aumento de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação de concessões em função da arrecadação de R\$ 1,1 bilhão relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular.

De janeiro a setembro de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 397,8 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 22,1 bilhões (5,3%) ao ser comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 17,9%, contra 19,6% no período de janeiro a setembro de 2008.

A variação na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) decréscimo de R\$ 7,6 bilhões (26,2%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nº 11.727/2008 e nº 11.827/2008; ii) IPI – Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nºs 6.687/2008, 6.809/2009 e 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 30,9% no valor em dólar das importações, da elevação de 23,3% na taxa média de câmbio e da elevação de 3,8% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 12,1% na produção industrial no acumulado de janeiro a agosto de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nºs 6.696, 6.809, 6.823, 6.825, 6.826 e 6.890, todos de 2009;
- b) decréscimo de R\$ 7,0 bilhões (7,8%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 968,0 milhões (4,1%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 3,9 bilhões, nos meses de janeiro a setembro de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009 e 12.024/2009 e pela Medida Provisória nº 465/2009.
- c) queda de R\$ 5,8 bilhões (8,9%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas, no acumulado do ano, e de depósitos judiciais;
- d) decréscimo de R\$ 1,8 bilhão (38,4%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- e) decréscimo de R\$ 1,7 bilhão (11,5%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nºs 6.391, 6.453, 6.566, 6.613, 6.655 e 6.691, todos de 2008;
- f) elevação de R\$ 2,3 bilhões (3,6%) no IRRF, principalmente devido: i) ao aumento de R\$ 1,2 bilhão (20,5%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 23,3% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior; e ii) ao crescimento de R\$ 939,5 milhões (2,5%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 2,0 bilhões (3,3%) em relação ao período de janeiro a setem-

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	197.376,7	183.316,0
Imposto de Renda	141.120,4	136.646,1
IPI	28.950,4	21.351,2
Outros	27.305,9	25.318,6
Contribuições	160.855,6	150.775,7
Cofins	89.372,7	82.410,5
CPMF	1.116,0	178,3
CSLL	33.429,6	32.687,1
Cide - Combustíveis	4.766,5	2.938,3
Outras	32.170,8	32.561,5
Demais	61.627,8	63.658,5
Cota parte	18.100,6	13.161,0
Diretamente Arrecadada	17.149,7	18.487,9
Dividendos da União	12.856,3	18.273,8
Concessões	4.708,9	2.798,8
Outras	8.812,4	10.937,0
Total Bruto	419.860,1	397.750,1

* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	9,21%	8,25%
Imposto de Renda	6,59%	6,15%
IPI	1,35%	0,96%
Outros	1,27%	1,14%
Contribuições	7,51%	6,79%
Cofins	4,17%	3,71%
CPMF	0,05%	0,01%
CSLL	1,56%	1,47%
Cide - Combustíveis	0,22%	0,13%
Outras	1,50%	1,47%
Demais	2,88%	2,87%
Cota parte	0,84%	0,59%
Diretamente Arrecadada	0,80%	0,83%
Dividendos da União	0,60%	0,82%
Concessões	0,22%	0,13%
Outras	0,41%	0,49%
Total Bruto	19,60%	17,90%

* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	61.627,8	63.658,5
Cota parte	18.100,6	13.161,0
Plano do Servidor (CPSS)	5.392,8	6.310,6
Diretamente Arrecadada	17.149,7	18.487,9
Dividendos da União	12.856,3	18.273,8
Concessões	4.708,9	2.798,8
Outras	3.419,6	4.626,5

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/09	SET/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.233,6	6.436,3
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.696,9	1.512,3
Total	10.093,0	8.111,1

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Ago	Set
Terceiro Decêndio	10.397,5	7.837,8
Primeiro Decêndio	1.407,3	1.234,0
Segundo Decêndio	4.139,3	4.870,4
Total	15.944,0	13.942,1

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	73.886,7	68.936,7
CIDE - Combustíveis	1.302,7	556,0
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.478,6	3.412,5
Demais	17.447,3	17.759,3
Total	94.115,3	90.664,5

¹ Inclui auxílio financeiro

bro de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 5,4 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,3 bilhão, sobretudo em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 1,2 bilhão em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta Única do Tesouro Nacional, nos valores de R\$ 577,6 milhões em maio e de R\$ 1,7 bilhão em agosto de 2009; iv) do decréscimo de R\$ 4,9 bilhões (27,3%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; e v) da queda de R\$ 1,9 bilhão (40,6%) no volume arrecadado proveniente de concessões.

Em setembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 8,1 bilhões, contra R\$ 10,1 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 19,6%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,4 bilhões, com diminuição de R\$ 797,3 milhões (11,0%) frente a agosto, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de agosto, com impacto em setembro. As demais transferências diminuíram R\$ 1,2 bilhão (43,9%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, apresentando queda de R\$ 986,0 milhões (56,3%).

Na comparação entre o acumulado de janeiro a setembro de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 3,5 bilhões (3,7%), atingindo a marca de R\$ 90,7 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 5,0 bilhões (6,7%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 2,9 bilhões (25,5%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R\$ 746,7 milhões (57,3%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; iv) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão de transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009 (compensação da Lei Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir); v) pelo aumento de R\$ 1,7 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente dos valores desse repasse estabelecidos pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e vi) pelo incremento de R\$ 994,5 milhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 962,6 milhões relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009).

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 29,6 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (9,7%) relativamente a agosto. Contribuíram para este resultado o aumento de R\$ 2,3 bilhões (15,2%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 279,2 milhões (2,4%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O aumento observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao crescimento de Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 2,3 bilhões (21,4%) e dos Subsídios e Subvenções Econômicas, R\$ 497,7 milhões (159,5%). Em contrapartida, as despesas do FAT reduziram em R\$ 450,9 milhões (16,1%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 825,7 milhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, contra R\$ 1,1 bilhão no mês anterior (redução de 22,6%), conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro-desemprego totalizaram R\$ 1,5 bilhão em setembro, desempenho 11,1% inferior ao mês de agosto.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o aumento decorreu, principalmente, de maior desembolso no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf; o incremento foi de R\$ 657,3 milhões. Por outro lado, houve diminuição nas despesas com o Programa Aquisição do Governo Federal – AGF de R\$ 112,6 milhões (34,7%), em relação ao mês anterior.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, registrou-se aumento de R\$ 2,3 bilhões (21,4%) relativamente a agosto, concentrado principalmente nas despesas discricionárias, que cresceram R\$ 2,0 bilhões (22,7%). Destacaram-se os incrementos nos Ministérios da Educação (R\$ 267,5 milhões), Defesa (R\$ 251,0 milhões), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 179,2 milhões) e Desenvolvimento Agrário (R\$ 136,1 milhões). Por outro lado, a execução das outras despesas obrigatórias teve desempenho inferior em R\$ 210,5 milhões, em particular os Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), cuja execução foi inferior em R\$ 156,2 milhões (97,8%) em relação ao mês anterior.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,96% do PIB, contra 9,54% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 39,3 bilhões (19,2%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 21,5 bilhões (19,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 17,5 bilhões (19,1%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/09	SET/09
Pessoal e Encargos	11.422,6	11.701,8
Custeio e Capital	15.413,3	17.760,8
Despesas do FAT	2.798,2	2.347,3
Subsídios e Subvenções ¹	312,0	809,7
LOAS/RMV	1.601,7	1.610,9
Outras	10.701,4	12.992,8
Transferência ao Bacen	106,3	102,1

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	AGO/09	SET/09
Agricultura	-57,4	584,4
Custeio Agropecuário	1,2	2,4
Investimento Rural	0,5	23,2
Preços Agrícolas	355,3	290,5
- EGF	0,1	0,0
- AGF	324,9	212,3
- Sustent. de preços	30,3	78,2
Pronaf	-472,0	185,3
Pesa	0,5	0,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	55,7	81,4
FUNCAFÉ	1,5	0,7
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	69,0	-22,4
Habitação (PSH)	42,4	11,2
FND	-14,7	-1,6
Exportação (Proex)	41,2	-32,1
Total	11,6	562,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/09	SET/09
Sentenças Judiciais	9,4	17,4
Legislativo	92,3	84,9
Judiciário	341,2	356,7
Crédito Extraordinário ¹	247,8	379,8
PPF ²	965,0	1.323,5
Outras ³	241,5	31,0
Discricionárias	8.804,2	10.799,5
d/q Min. da Saúde	4.140,8	3.959,6
Min. do Des. Social	1.143,0	1.322,3
Min. da Educação	1.159,2	1.426,7
Min. da Defesa	598,2	849,2
Min. da Ciência e Tec.	272,3	390,0
Min. do Des. Agrário	117,0	253,1
Min. da Justiça	177,4	282,3
Min. da Previdência	133,8	157,1
Min. dos Transportes	108,6	197,6
Min. das Cidades	210,3	329,2
Demais	743,6	1.632,4
Total	10.701,4	12.992,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,54%	10,96%
Pessoal e Encargos	4,30%	4,93%
Custeio e Capital	5,21%	5,99%
Despesas do FAT	0,72%	0,93%
Subsídios e Subvenções ¹	0,14%	0,08%
LOAS/RMV	0,55%	0,63%
Outras	3,80%	4,34%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Até o mês de setembro de 2009, as despesas do FAT cresceram R\$ 5,3 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representou 0,21 p.p. do PIB do período.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	2.042,8	3.196,4
Custeio Agropecuário	249,5	191,0
Investimento Rural	28,0	-78,2
Preços Agrícolas	477,5	2.086,1
- EGF	4,2	11,3
- AGF	-303,1	1.327,0
- Sustent. de preços	776,5	747,9
Pronaf	539,0	111,1
Pesa	255,0	255,5
Cacau	0,0	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incr	476,2	551,9
FUNCAFÉ	17,6	45,5
Revitaliza	0,0	32,8
Outros	-1.084,6	-4.018,3
Habituação (PSH)	282,0	189,9
FND	-1.442,9	-4.240,2
Exportação (Proex)	76,3	31,9
Total	958,2	-821,9

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com
² Dados revisados

Os dispêndios com a folha salarial registraram crescimento de 0,64 p.p. em relação ao PIB no período, passando de 4,30% em 2008 para 4,93% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 1,6 bilhão (9,6%) enquanto que no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 13,6 bilhões (18,8%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios e sentenças judiciais de pessoal apresentaram aumento de R\$ 2,4 bilhões (73,6%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,21% para 5,99% do PIB (acréscimo de 0,78 p.p.), impulsionados pelo incremento de 0,54 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital, acréscimo de 0,21 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT e 0,08 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,05 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 20,7 bilhões nos nove primeiros meses de 2009, contra R\$ 15,4 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorreu não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados.

Até setembro de 2009, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 1,9 bilhão contra R\$ 2,9 bilhões em 2008, decréscimo de 36,1%. A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 1,4 bilhão em 2008 para R\$ 4,2 bilhões em 2009. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 427,9 milhões); e ii) Investimento Rural, (R\$ 106,1 milhões). Por outro lado, foi registrado aumento no Programa Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 1,6 bilhão).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,2 bilhões (18,1%) em relação ao acumulado até setembro de 2008. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a setembro de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,5 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2009**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-set/01	1.275.824	-	436.702	-	839.122	-
média jan-set/02	1.425.843	12%	516.803	18%	909.040	8%
média jan-set/03	1.614.796	13%	617.997	20%	996.799	10%
média jan-set/04	1.853.064	15%	788.839	28%	1.064.225	7%
média jan-set/05	2.146.217	16%	985.984	25%	1.160.233	9%
média jan-set/06	2.364.966	10%	1.117.497	13%	1.247.469	8%
média jan-set/07	2.547.066	8%	1.224.488	10%	1.322.578	6%
média jan-set/08	2.776.984	9%	1.343.091	10%	1.433.893	8%
média jan-set/09	3.023.295	9%	1.472.877	10%	1.550.418	8%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.468,7	1.695,9
Legislativo/Judiciário	4.000,5	4.027,2
Crédito Extraordinário ¹	5.103,4	2.620,3
PPF	5.046,7	7.267,5
Outras ³	749,1	960,2
Discricionárias	65.037,7	79.939,7
d/q Min. da Saúde	28.381,9	35.769,3
Min. do Des. Social	9.286,6	10.349,0
Min. da Educação	7.130,6	8.843,6
Min. da Defesa	4.131,8	5.723,6
Min. da Ciência e Tec.	2.143,9	2.567,9
Min. do Des. Agrário	1.227,6	1.496,1
Min. da Justiça	1.133,7	1.809,0
Min. da Previdência	857,8	1.129,6
Min. dos Transportes	1.063,7	1.128,8
Min. das Cidades	1.342,5	1.674,7
Demais	8.337,6	9.448,3
Total	81.406,2	96.510,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de tag, especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 15,1 bilhões no período (18,6%) em relação ao exercício anterior. Os gastos discricionários cresceram R\$ 14,9 bilhões (22,9%). Por esse incremento responderam, principalmente, os Ministérios da Saúde (R\$ 7,4 bilhões), Educação (R\$ 1,7 bilhão), Defesa (R\$ 1,6 bilhão) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 1,1 bilhão).

Os desembolsos dos investimentos totais até o período foram de R\$ 20,6 bilhões contra R\$ 18,2 bilhões no ano anterior, crescimento de 12,7%.

O montante pago de restos a pagar (RP) até setembro de 2009, segundo o conceito do Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 14,4 bilhões, equivalentes a 44,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 48,4% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 6,8 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 32,4% do total de restos a pagar de investimento do ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,6 bilhões), Educação (R\$ 2,5 bilhões), Defesa (R\$ 1,5 bilhão) e Cidades (R\$ 889,7 milhões).

Em setembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 9,2 bilhões, superior em R\$ 4,0 bilhões ao registrado em agosto (elevação de 76,7%). O aumento deve-se ao pagamento antecipado de metade do abono anual correspondente à gratificação natalina à maior parte dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 6,9 bilhões (21,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior.



Previdência Social

Em setembro de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 9,2 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro, o déficit atingiu R\$ 38,7 bilhões, equivalentes a 1,74% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	113.356,2	124.743,5	10,0%
Urbano	109.693,2	121.390,2	10,7%
Rural	3.663,0	3.353,4	-8,5%
Benefícios	145.166,5	163.477,5	12,6%
Urbano	116.178,0	130.819,7	12,6%
Rural	28.988,4	32.657,8	12,7%
Res. Primário	-31.810,3	-38.734,0	21,8%
Urbano	-6.484,9	-9.429,5	45,4%
Rural	-25.325,4	-29.304,4	15,7%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,3	23,1	3,3%
Valor médio RGPS**	631,7	695,5	10,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO 2009	SET 2009	JAN-SET 2008 2009	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.400,2	14.091,0	113.356,2	124.743,5
Arrecadação Bruta	15.895,8	15.679,4	126.333,0	139.187,1
- Contribuição Previdenciária	14.607,7	14.355,2	116.905,9	127.711,7
- Simples	1.126,5	1.168,7	7.814,6	9.199,6
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,0
- CFT	60,6	57,8	451,8	539,4
- Depósitos Judiciais	79,5	76,4	936,1	1.558,8
- Refis	21,4	21,2	224,6	177,7
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-47,7	-64,1	-249,1	-420,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.447,9	-1.524,3	-12.727,7	-14.023,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.591,7	23.263,8	145.166,5	163.477,5
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-5.191,5	-9.172,8	-31.810,3	-38.734,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,48%	-1,74%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,1 bilhões em setembro, apresentando um decréscimo de R\$ 309,2 milhões (2,1%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 11,4 bilhões (10,0%) relativamente a igual período do ano anterior. O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e agosto de 2009 foi 13,4% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 23,3 bilhões, apresentando um incremento de R\$ 3,7 bilhões (18,7%) com relação ao mês anterior. Como citado acima, essa elevação decorreu principalmente do pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.927, de 6 de agosto de 2009, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo e aos demais que recebem benefícios superiores a esse valor, nos termos do art. 41-A, § 3º da Lei nº 8.213/1991. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se de R\$ 18,3 bilhões (12,6%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 63,79 (10,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 739 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 907,0 milhões (20,0%) no pagamento de precatórios.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a setembro de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,34% do PIB; em 2009, correspondem a 7,36%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,27 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)
Brasil, 2005-2009 (% do PIB) - janeiro a setembro

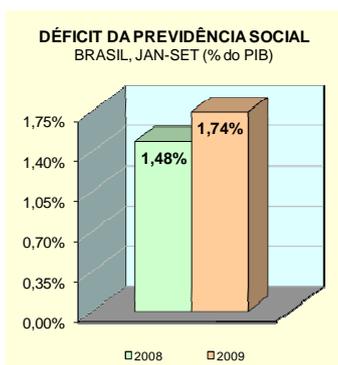


No estoque de benefícios nos primeiros nove meses de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 607,6 mil aposentadorias (4,3%) e de 182,8 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 69,6 mil benefícios de auxílio-doença (5,2%).

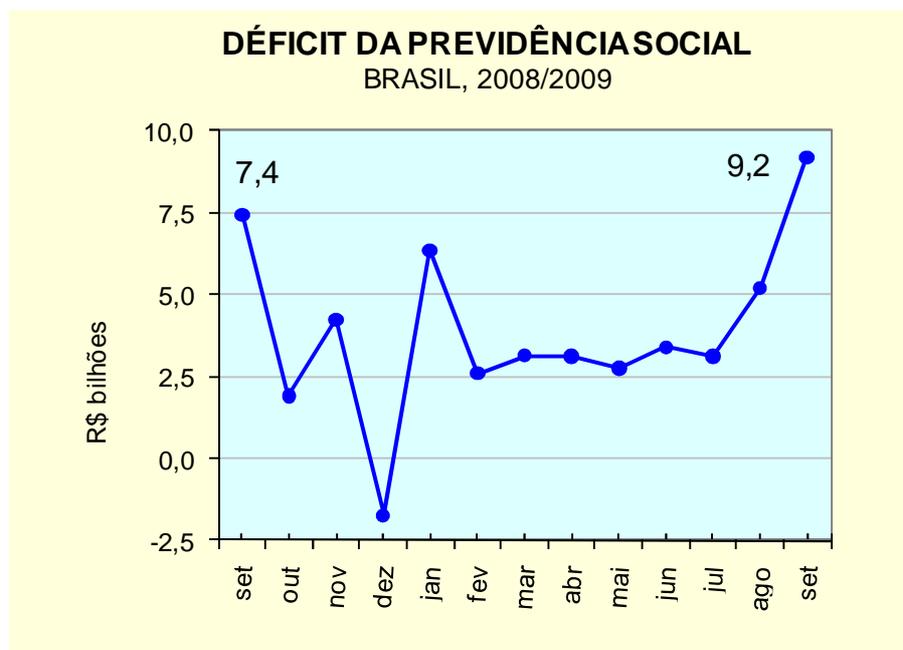
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

	Em mil benefícios			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2009	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	23.242	23.366	22.335	23.074
Previdenciários	22.440	22.560	21.556	22.271
Aposentadorias	14.847	14.917	14.104	14.707
Idade	7.722	7.763	7.298	7.642
Invalidez	2.875	2.883	2.794	2.862
Tempo de contribuição	4.250	4.271	4.013	4.202
Pensão por morte	6.383	6.404	6.161	6.345
Auxílio-Doença	1.094	1.118	1.199	1.107
Salário - maternidade	65	70	50	63
Outros	50	51	42	48
Acidentários	802	806	779	803
Aposentadorias	157	158	151	156
Pensão por morte	127	127	129	127
Auxílio - doença	168	171	147	169
Auxílio - acidente	274	274	271	274
Auxílio - suplementar	76	76	81	77

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,29%	5,61%
Urbano	5,12%	5,46%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,78%	7,36%
Urbano	5,42%	5,89%
Rural	1,35%	1,47%
Res. Primário	-1,48%	-1,74%
Urbano	-0,30%	-0,42%
Rural	-1,18%	-1,32%



Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,32 p.p. em relação período de janeiro a setembro de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,58 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,74% do PIB, 0,26 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 747,4 bilhões em setembro, o que corresponde a 25,3% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 37,0 bilhões em termos nominais, o equivalente a 1,1 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado o crescimento de R\$ 21,1 bilhões no estoque da dívida interna, contra a redução de R\$ 21,7 bilhões nos haveres internos e de R\$ 5,8 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

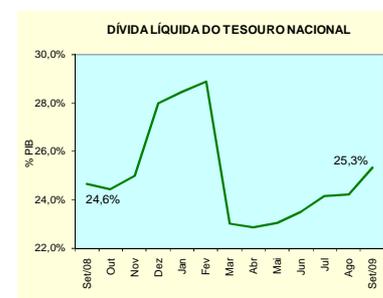
Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 747,4 bilhões ou 25,3% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	624.507	601.635	644.511
I.1. Dívida Interna	1.635.168	1.896.688	1.917.835
I.2. Haveres Internos	1.010.661	1.295.054	1.273.323
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	110.045	108.683	102.844
II.1. Dívida Externa	110.364	108.968	103.042
II.2. Haveres Externos	320	285	198
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	734.552	710.318	747.356
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,6%	24,2%	25,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



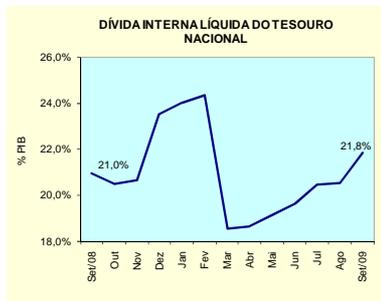
Em comparação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB cresceu em 0,7 ponto percentual, passando de 24,6% em setembro de 2008 para 25,3% em setembro de 2009. Em termos nominais, a DLTN cresceu R\$ 12,8 bilhões no estoque no mesmo período, resultado do crescimento de R\$ 275,3 bilhões no estoque total da dívida, compensado em grande parte pelo aumento de R\$ 262,5 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional no mesmo período.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro com um saldo de R\$ 644,5 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 21,8%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R\$ 42,9 bilhões em termos nominais, o equivalente a 1,3 p.p. do PIB. Houve aumento de R\$ 21,1 bilhões no estoque da dívida interna e redução de R\$ 21,7 bilhões no saldo dos haveres internos.

Dívida Interna Líquida

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, aumentou 0,8 p.p., passando de 21,0% em setembro de 2008 para 21,8% em setembro de 2009. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 20,0 bilhões, decorrente do efeito conjugado do

aumento de R\$ 282,7 bilhões no estoque da dívida interna e do crescimento de R\$ 262,7 bilhões nos haveres internos.



Título	2008		2009	
	SET	AGO	SET	AGO
Em Poder do Público	1.225	1.401	1.386	1.897
LFT	438	545	511	339
LTN	239	237	246	339
NTN-B	290	320	325	402
NTN-C	58	57	57	57
NTN-F	158	201	207	207
Demais ¹	43	40	39	39
Aplic. em Tit. Púb.	-18	-20	-20	-20
Na carteira do BCB	406	494	530	530
Total	1.613	1.875	1.897	1.897
% PIB	54,12%	63,96%	64,27%	64,27%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em setembro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 644,5 bilhões, equivalentes a 21,8% do PIB.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008 SET	2009 AGO	2009 SET
I. DÍVIDA INTERNA	1.635.168	1.896.688	1.917.835
I.1. Dívida Mobiliária	1.612.690	1.875.248	1.896.544
DPMFi em Poder do Público ¹	1.224.735	1.400.982	1.385.889
DPMFi em Poder do Banco Central	406.315	494.092	530.203
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(18.360)	(19.826)	(19.547)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.478	21.440	21.290
II. HAVERES INTERNOS	1.010.661	1.295.054	1.273.323
II.1. Disponibilidades Internas	232.999	394.429	375.473
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	443.604	438.349	437.716
II.3. Haveres da Administração Indireta	201.411	213.997	215.276
II.4. Haveres Administrados pela STN	132.648	248.279	244.858
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	624.507	601.635	644.511
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,0%	20,5%	21,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi – descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais) elevou-se em R\$ 21,3 bilhões (0,3 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de agosto. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 283,9 bilhões em termos nominais e de 10,2 p.p. em proporção do PIB, passando de 54,1% para 64,3% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à apropriação de juros no valor de R\$ 14,8 bilhões e à emissão líquida de R\$ 6,2 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 15,1 bilhões, explicado pelo resgate líquido de R\$ 26,1 bilhões compensado em parte pela apropriação de juros de R\$ 11,0 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R\$ 36,1 bilhões, resultado da emissão líquida de R\$ 32,4 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 3,8 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação, comparada ao mês anterior, ocorreu no estoque de LFT, cuja redução alcançou R\$ 33,9 bilhões, explicado pelas emissões no valor de R\$ 2,7 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 3,6 bilhões, contra resgate de R\$ 40,2 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, SET2009

Título	Saldo Ago/09	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Set/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.401,0	18,9	-45,0	11,0	1.385,9
LFT	545,3	2,7	-40,2	3,6	511,4
LTN	237,1	9,3	-2,4	2,2	246,2
NTN-B	320,4	3,1	-1,2	2,7	324,9
NTN-C	57,2	0,0	-0,7	0,8	57,3
NTN-F	201,0	3,6	0,0	2,0	206,6
Demais ¹⁴	40,1	0,2	-0,5	-0,3	39,5
Na carteira do BCB	494,1	36,4	-4,0	3,8	530,2
Total	1.895,1	55,3	-49,0	14,8	1.916,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 21,7 bilhões em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 19,0 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 3,4 bilhões nos haveres administrados pela STN e de R\$ 633,1 milhões nos haveres junto aos governos regionais, contra aumento de R\$ 1,3 bilhão nos haveres da administração indireta.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o item que sofreu maior variação foi o de legislação específica, com diminuição de R\$ 2,9 bilhões. Quanto aos haveres da administração indireta, houve aumento de R\$ 547,0 milhões nos haveres dos Fundos Regionais, de R\$ 391,9 milhões nos haveres do FAT e de R\$ 339,9 milhões nos haveres de fundos diversos.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, houve, comparativamente ao mês anterior, diminuição nos saldos das dívidas de estados e municípios em função das amortizações ocorridas no período, compensadas em parte pela incidência dos juros contratuais.

Em setembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 102,8 bilhões, contra R\$ 108,7 bilhões em agosto. Houve redução de R\$ 5,8 bilhões em termos nominais, 0,2 em termos percentuais do PIB.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2008/2009

Discriminação	R\$ bilhões		
	2008		2009
	SET	AGO	SET
Lei 9.496/97	313,7	314,9	315,2
MP 2.185/01	49,1	49,9	50,0
Lei 8.727/93	42,1	39,0	38,5
Antecipação de Royalties	13,0	11,2	11,2
Bônus Renegociados	7,8	6,9	6,5
Lei 7.976/89	1,3	0,4	0,4
Demais Haveres	16,7	16,1	16,0
Total	443,6	438,3	437,7
% PIB	14,89%	14,95%	14,83%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2008/2009

Entidade	R\$ bilhões		
	2008		2009
	SET	AGO	SET
FAT	132,0	136,8	137,2
Fundos Regionais	43,3	48,9	49,5
Demais	26,0	28,3	28,6
Total	201,4	214,0	215,3

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida em setembro totalizou R\$ 102,8 bilhões, equivalentes a 3,5% do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA EXTERNA	110.364	108.968	103.042
I.1. Dívida Mobiliária	84.597	84.542	80.266
Euro	10.869	10.308	9.777
Global US\$	62.963	63.720	59.928
Global BRL	10.466	10.242	10.340
Demais	298	271	222
I.2. Dívida Contratual	25.768	24.426	22.776
Organismos Internacionais	21.566	20.646	19.224
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.202	3.781	3.551
II. HAVERES EXTERNOS	320	285	198
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	320	285	198
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	110.045	108.683	102.844
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,7%	3,7%	3,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Essa redução decorreu da variação cambial resultado da valorização do Real frente às demais moedas que compõem a Dívida Externa, cuja magnitude alcançou no mês R\$ 5,3 bilhões, e também do resgate líquido de R\$ 1,4 bilhão no período, contra a apropriação de juros no valor de R\$ 729,0 milhões. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 77,9% (R\$ 80,3 bilhões); e a dívida contratual representa 22,1% (R\$ 22,8 bilhões).

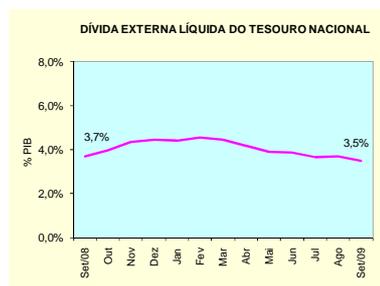


TABELA 8
VARIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, SET/2009

R\$ milhões

Discriminação	Estoque Ago/09	Fatores de Variação ¹				Estoque Set/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	84.542	-	(964)	730	(4.041)	80.266
Global US\$	63.720	-	(665)	513	(3.641)	59.928
Euro	10.308	-	(254)	116	(393)	9.777
Global BRL	10.242	-	-	98	-	10.340
Demais	271	-	(45)	3	(7)	222
Dívida Contratual	24.426	26	(444)	(1)	(1.233)	22.776
Org. Internacionais	20.646	24	(377)	(15)	(1.054)	19.224
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.781	2	(66)	14	(179)	3.551
Total	108.968	26	(1.408)	729	(5.274)	103.042

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 7,2 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 110,0 bilhões em setembro de 2008 para R\$ 102,8 bilhões em setembro de 2009. Em percentual do PIB, a redução foi de 0,2 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Set/2008	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2009
I. RECEITA TOTAL	60.007,8	65.797,4	55.276,4	69.332,8	62.845,6	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.839,0	53.553,9
I.1. Receitas do Tesouro	46.374,5	52.058,3	41.499,5	46.154,0	50.692,4	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.238,5	39.277,9
I.1.1. Receita Bruta	47.819,1	53.871,3	43.746,2	47.255,0	50.868,5	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,7	47.199,2	40.276,1
- Impostos	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.850,1	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4
- Contribuições	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9
- Demais ¹	7.891,2	7.886,0	4.960,3	5.556,8	6.003,9	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,6	13.258,0	3.663,7
I.1.2. (-) Restituições	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	13.022,0	13.070,7	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	408,0	405,0	403,9	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2
I.3. Receitas do Banco Central	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.273,3	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0
II.4. Demais	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	50.477,8	55.614,6	41.015,0	54.816,8	52.388,3	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.746,0	45.442,8
IV. DESPESA TOTAL	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.567,3	48.410,5	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,7	42.735,0	51.018,1	46.788,4	53.075,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	16.708,8	12.337,8	14.131,0	17.005,2	14.690,8	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.137,7	3.047,1	3.652,9	4.221,5	3.678,8	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1
IV.3. Custeio e Capital	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.061,8	13.346,7	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,7	13.633,6	18.929,2	15.413,3	17.760,8
IV.3.1. Despesa do FAT	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3
- Abono e Seguro Desemprego	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5
- Demais Despesas do FAT	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	410,0	836,5	1.064,4	1.178,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	721,4	-1.365,8	697,7	312,0	809,7
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	240,6	737,2	687,7	872,8	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	290,0	-1.619,6	599,6	155,4	701,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	169,4	99,3	376,7	305,5	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	108,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8
- Outras Despesas de Custeio	7.094,9	8.223,0	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5
- Outras Despesas de Capital ⁶	2.347,1	1.785,1	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1
IV.5. Despesas do Banco Central	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	14.244,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	6.134,1	14.867,3	-4.419,0	-19.994,45	3.977,8	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-367,0	-618,2	1.509,7	3.957,5	-7.632,6
VI.1. Tesouro Nacional	13.690,5	16.739,3	-143,7	-21.673,5	10.339,2	-1.448,3	9.870,9	13.193,9	-2.396,3	-2.789,5	4.667,1	9.203,3	-1.602,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-3.686,8	732,9	-975,7	5.458,4	-2.957,6	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.729,7	-2.642,1	-3.249,0	-3.720,9	-3.380,1	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9
VI.3. Banco Central ⁹	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.061,1	-476,7	1.136,3	-758,0	623,4	1.841,1	-1.026,5	615,8	-22,7	-674,3	154,4	-59,0	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	4.795,8	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0
RMV ²	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2008	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	43.205,7	54.920,8	57.812,7	59.452,6	62.225,9	57.326,4	54.386,0	61.184,7	51.628,9
I.1 - Recolhimento Bruto	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	180,3	299,2	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	685,7	339,1
I.5 - Receita do Salário Educação	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	79.954,8	56.685,3	55.919,6	56.456,5	67.537,9	63.970,7	69.197,0	69.327,4	67.106,6
II.1 - Liberações Vinculadas	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	13.426,1	13.615,8	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7
II.2 - Liberações Ordinárias	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	66.528,7	43.069,5	45.760,3	44.450,0	52.770,1	49.724,8	58.493,5	56.998,2	56.616,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.478,7	12.167,7	12.491,6	11.815,0	12.082,0	15.316,6	12.565,2	12.921,2	12.650,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	45,0	0,8	81,2	493,5	2.583,9	810,5	555,8	1.209,1	2.514,3	719,4	1.800,2	1.007,5	116,9
i) Dívida Contratual Interna	102,5	101,8	62,1	72,1	70,5	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4
ii) Dívida Contratual Externa	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4	707,3	446,1	1.103,3	2.423,3	617,9	1.705,9	908,8	18,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.457,8	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	7.176,2	8.791,9	11.206,8	11.649,5	12.021,7	13.544,9	12.438,9	12.666,4	14.070,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-36.749,1	-1.764,5	1.893,1	2.996,1	-5.312,1	-6.644,3	-14.811,0	-8.142,8	-15.477,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.781,5	20.741,7	21.692,9	19.436,5	38.493,2	27.975,8	34.908,6	18.311,2	38.643,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9	19.221,0	20.435,4	17.964,8	37.125,4	26.523,9	33.968,2	17.261,6	37.153,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5
V. DESPESAS	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.643,1	3.173,2	26.021,7	27.675,6	27.054,2	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.412,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0
V.1.2 - Dívida Contratual	152,5	171,1	192,4	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4	1.826,5	473,6	604,4	2.087,6	2.333,0	1.041,0	212,8	54,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5	18.053,3	-4.892,8	-8.922,9	12.338,0	12.650,9	4.828,1	13.973,3	5.978,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1	-22.833,0	2.498,1	13.793,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-115.400,9	16.636,8	11.782,8	-13.635,9	6.305,3	27.826,4	-33.098,4	8.987,7	5.546,7

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2008	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9	1.832,7	14.218,4	3.107,1	10.978,4	26.378,1	3.167,0	3.398,1	16.993,2
I.1. Emissão de Títulos	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	0,0	0,0	14.003,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0
I.4. Resultado do Banco Central	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0
III. RESULTADO (I - II)	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	178,4	22.878,1	-22.833,0	2.498,1	13.793,2

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Set/2008	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,1	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	0,5	23,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2
IV. PRONAF	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5	28,5	-472,0	185,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	13,2	102,3	42,1	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9	20,2	-479,2	-178,2
V. PROEX	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,9	47,2	25,3	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9
V.2. Concessão de Financiamento ¹	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	119,5	115,7	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4
XI. FUNCAFÉ	1,6	0,9	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6
XIV. TOTAL	190,6	559,6	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	290,0	-1.782,4	480,5	10,8	562,8

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Set/08	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.217,7	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	644.511,4
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7
DPMFi em Poder do Público ¹	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8
DPMFi em Poder do Banco Central	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2
Demais Obrigações Internas	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.323,3
Disponibilidades Internas	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	375.473,1
Haveres junto aos Governos Regionais	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3
Haveres da Administração Indireta	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.275,5
Haveres Administrados pela STN	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3
II.1. DÍVIDA EXTERNA	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9
Dívida Mobiliária	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4
Dívida Contratual	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.404,7	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	747.355,7
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,4%	28,9%	23,0%	22,8%	23,0%	23,5%	24,1%	24,2%	25,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/08	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/09
I. DÍVIDA INTERNA	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8
LFT	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2
LTN	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7
NTN-B	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6
NTN-C	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3
NTN-F	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1
Dívida Securitizada	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2
Demais Títulos em Poder do Público	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9
LFT	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0
LTN	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2
II. DÍVIDA EXTERNA	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4
Euro	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6
Global US\$	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8
Global BRL	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4
Demais Títulos Externos	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5
Organismos Multilaterais	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	58,6%	58,6%	59,8%	63,8%	61,4%	62,9%	64,6%	63,8%	64,0%	66,5%	66,9%	68,4%	68,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/08	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/09
I. HAVERES INTERNOS	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.323,3
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	375.473,1
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3
Bônus Renegociados	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9
Antecipação de Royalties	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.275,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5
Fundos Constitucionais Regionais	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.465,0
Fundos Diversos	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8
Haveres de Operações Estruturadas	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4
Haveres Originários de Privatizações	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6
Haveres de Legislação Específica	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7
Demais Haveres Administrados pela STN	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9
II. HAVERES EXTERNOS	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.204,0	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.273.521,0
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	33,9%	34,2%	34,9%	35,9%	32,9%	34,0%	41,6%	40,9%	40,9%	43,0%	42,7%	44,2%	43,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO SETEMBRO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	4.735,3	1.274,0	1.264,8	9.943,2	11.208,0	273.212,6	4.078,6	2.152,5	2.150,5	18.861,3	21.011,8
Senado Federal	59.801,6	12.819,3	6.174,6	6.146,9	17.274,9	23.421,7	45.757,9	13.309,7	5.014,4	5.001,8	6.730,0	11.731,8
Tribunal de Contas da União	61.538,6	37.579,3	3.444,4	3.444,4	21.631,9	25.076,3	41.069,8	18.411,5	3.101,2	3.020,2	11.659,1	14.679,3
Supremo Tribunal Federal	70.118,6	9.077,6	1.409,5	1.394,5	41.610,1	43.004,6	65.813,8	8.392,0	3.357,5	3.357,5	48.702,8	52.060,3
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	5.034,5	1.683,9	1.655,6	11.912,3	13.568,0	14.385,0	6.405,3	4.111,9	4.091,6	7.801,4	11.893,0
Justiça Federal ³	240.348,4	244.076,2	192.362,8	192.278,8	138.572,6	330.851,4	274.324,6	303.335,3	249.739,9	249.580,8	98.942,7	348.523,5
Justiça Militar	8.089,7	514,4	286,8	284,6	2.251,7	2.536,3	10.945,7	5.739,8	2.056,4	1.005,9	2.684,9	3.690,8
Justiça Eleitoral	308.476,7	196.355,8	141.724,1	123.562,2	74.879,3	198.441,5	184.130,6	117.629,9	31.477,4	29.691,4	129.752,7	159.444,2
Justiça do Trabalho	173.194,0	49.479,3	19.993,7	19.065,0	128.737,9	147.802,9	213.586,3	80.683,3	25.901,8	25.235,2	120.614,2	145.849,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.021,3	12.789,1	4.787,8	4.494,6	41.767,0	46.261,7	62.996,0	32.675,4	8.255,6	7.848,2	15.786,9	23.635,1
Presidência da República ⁴	1.350.237,5	290.011,2	75.959,5	74.961,2	178.439,7	253.401,0	2.050.615,3	596.275,7	128.115,5	126.911,4	526.510,9	653.422,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	51.991,4	5.663,2	566,5	508,7	14.041,6	14.550,4	389.268,3	103.727,8	18.024,4	17.289,5	25.118,5	42.408,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	825.342,7	320.320,9	20.679,5	11.595,5	298.401,3	309.996,7	1.081.468,4	133.062,8	38.231,8	32.416,7	362.494,1	394.910,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.163.124,8	488.413,6	208.899,4	138.423,7	218.578,2	357.001,9	1.435.209,6	778.339,6	425.952,8	339.811,9	353.274,7	693.086,6
Ministério da Fazenda	482.410,6	304.893,6	282.776,2	282.456,0	118.207,1	400.663,1	1.301.576,6	82.854,3	38.226,4	38.144,5	49.186,8	87.331,3
Ministério da Educação	2.934.331,1	1.075.015,8	485.736,4	468.916,8	1.467.385,3	1.936.302,1	4.987.354,3	1.546.012,9	543.470,1	518.377,0	1.377.165,4	1.895.542,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	21.762,3	11.021,2	11.019,2	22.340,8	33.359,9	153.653,0	14.411,5	12.002,8	11.820,3	12.028,9	23.849,3
Ministério da Justiça	1.320.059,5	422.968,6	133.191,5	117.836,6	219.366,7	337.203,3	886.250,3	361.007,0	103.686,6	82.375,6	337.200,3	419.575,9
Ministério de Minas e Energia	64.856,2	11.690,6	4.916,4	4.826,1	15.734,3	20.560,4	67.156,4	20.569,5	14.008,6	13.577,3	15.367,5	28.944,8
Ministério da Previdência Social	148.128,2	26.327,9	8.921,9	8.633,5	48.765,0	57.398,5	239.409,2	44.663,5	7.640,0	6.288,1	87.112,9	93.401,1
Ministério Público da União	168.537,2	24.174,7	2.964,6	2.964,6	125.396,9	128.361,5	136.062,1	19.447,1	3.585,8	3.557,8	92.054,7	95.612,5
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	12.339,2	11.357,7	11.357,7	1.214,3	12.572,0	97.416,0	20.270,0	19.649,5	19.649,5	1.692,9	21.342,5
Ministério da Saúde	3.623.689,1	1.126.714,5	89.230,0	82.118,3	724.409,5	806.527,8	3.785.279,2	581.587,0	199.360,7	194.970,9	1.006.201,8	1.201.172,8
Ministério do Trabalho e Emprego	107.302,8	19.353,3	7.562,9	7.514,8	6.851,2	14.366,0	70.592,3	4.371,4	719,7	719,7	12.226,9	12.946,6
Ministério dos Transportes	9.702.709,6	4.475.347,5	968.829,6	847.425,6	3.206.938,7	4.054.364,3	11.377.843,7	7.300.551,1	1.723.771,9	1.550.931,6	3.567.866,9	5.118.798,5
Ministério das Comunicações	39.184,4	2.198,4	355,7	355,7	49.933,6	50.289,2	82.929,8	4.218,7	1.428,6	1.428,5	21.491,3	22.919,8
Ministério da Cultura	263.788,7	43.271,7	8.832,5	8.812,5	70.182,2	78.994,7	225.866,2	44.178,4	7.766,5	7.737,7	54.072,9	61.810,6
Ministério do Meio Ambiente	170.023,1	11.358,8	2.608,7	2.499,9	23.195,2	25.695,0	122.117,7	10.500,6	3.909,9	3.875,3	26.241,6	30.116,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.887.082,2	671.122,7	388.355,4	388.099,6	362.316,9	750.416,6	2.139.572,0	900.260,2	475.993,5	475.306,5	316.710,7	792.017,3
Ministério do Esporte	898.825,3	473.305,4	4.368,8	4.354,1	156.773,7	161.127,8	1.006.699,9	55.979,4	1.674,0	1.574,0	113.898,0	115.472,0
Ministério da Defesa	4.482.145,8	2.277.361,4	873.109,2	852.949,3	1.035.735,4	1.888.684,7	5.324.215,3	2.363.862,7	1.112.200,2	1.088.029,5	1.184.035,8	2.272.065,3
Ministério da Integração Nacional	4.953.703,9	2.351.008,7	196.327,2	192.880,6	1.041.931,6	1.234.812,2	5.393.884,8	2.382.776,6	763.901,1	762.010,4	1.446.465,5	2.208.475,9
Ministério do Turismo	2.002.397,6	934.247,2	31.067,8	31.067,8	579.393,2	610.461,0	1.830.075,0	120.541,3	22.485,7	21.430,4	252.241,8	273.672,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	182.728,7	62.827,8	25.651,5	25.651,5	47.546,4	73.197,9	241.851,9	77.337,0	40.683,9	40.683,9	52.549,9	93.233,7
Ministério das Cidades	6.947.070,2	4.157.113,6	670.783,9	667.002,8	3.127.252,1	3.794.254,8	8.364.072,4	3.790.826,4	1.122.926,2	1.120.244,7	2.002.101,0	3.122.345,8
TOTAL	45.337.827,1	20.181.273,5	4.887.215,8	4.597.823,5	13.648.911,8	18.246.735,3	53.976.662,4	21.948.293,3	7.164.584,9	6.810.145,8	13.756.848,2	20.566.994,0

Dados preliminares.

¹ Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte.

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIV - nº 9 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

SETEMBRO / 2009

Comentários

Em setembro de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -11,5 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 4.968.091,7 (mil), ante R\$ 5.612.294,2 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set/2009	Set/2009	Jan a Set/2009
							Ago/2009	Set/2008	Jan a Set/2008
FPM	3.457.093,7	3.044.484,0	29.700.365,4	2.869.923,3	2.540.501,5	27.397.007,3	-11,5%	-16,6%	-7,8%
FPE	3.303.444,9	2.909.173,5	28.380.347,5	2.742.371,0	2.427.590,1	26.169.273,6	-11,5%	-16,6%	-7,8%
IPI-Exp	277.198,7	274.027,9	2.262.548,3	174.592,0	180.979,9	1.585.223,9	3,7%	-34,0%	-29,9%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
SETEMBRO	- 11 %	- 11,5 %	- 11 %	- 11,5 %	+ 12 %	+ 3,7 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 6 %	+ 33 %	+ 13 %
IPI - EXP	+ 17 %	+ 16 %	- 17 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2009 a 20/09/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
AGO/3º DEC	1.636.709	6.201.078	7.837.786	SET/1º DEC	1.348.099	1.410.802	130.937	2.889.837
SET/1º DEC	497.628	736.341	1.233.969	SET/2º DEC	212.243	222.114	39.810	474.167
SET/2º DEC	111.093	4.829.124	4.940.217	SET/3º DEC	849.717	889.239	8.887	1.747.844
Crédito Extraordinário	16.818	85.105	101.923	28/SET	17.531	18.346	1.345	37.222
TOTAL	2.262.248	11.851.648	14.113.896	TOTAL	2.427.590	2.540.501	180.980	5.149.071

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- Na arrecadação do 2º decêndio de setembro acima estão incluídas também receitas de R\$ 57.145 mil de IR e R\$ 12.688 mil de IPI oriundas de classificação por estimativa pela Receita Federal do Brasil, conforme a Portaria MF nº 232 de 20 de maio de 2009, referente à arrecadação no período de 21 de maio a agosto/09;
- O crédito extraordinário refere-se a Depósitos Judiciais - Dívida Ativa - Receitas do IR, regidos pela Lei nº 9.703/1998, contabilizados no código 7525, no período de 21 de maio até agosto/2009.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	13.239,7	83.047,9	25,8
ALAGOAS	AL	60.159,6	100.990,2	535,4
AMAZONAS	AM	35.628,5	67.739,5	2.179,3
AMAPÁ	AP	8.863,0	82.829,4	169,8
BAHIA	BA	230.934,1	228.101,2	12.150,2
CEARÁ	CE	132.031,0	178.109,9	1.605,3
DISTRITO FEDERAL	DF	4.148,2	16.755,2	179,6
ESPÍRITO SANTO	ES	43.678,2	36.413,9	7.423,5
GOIÁS	GO	91.987,6	69.018,8	2.867,9
MARANHÃO	MA	105.570,8	175.228,3	1.869,3
MINAS GERAIS	MG	332.923,9	108.137,0	21.763,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	38.563,6	32.335,5	1.214,3
MATO GROSSO	MT	46.827,8	56.026,4	2.133,2
PARÁ	PA	92.272,9	148.374,3	8.403,5
PARAÍBA	PB	81.841,4	116.254,9	381,2
PERNAMBUCO	PE	127.379,9	167.508,6	1.111,8
PIAUÍ	PI	65.199,0	104.905,9	52,4
PARANÁ	PR	173.600,9	69.992,3	17.358,4
RIO DE JANEIRO	RJ	74.677,7	37.086,3	28.628,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	62.813,9	101.422,3	303,1
RONDÔNIA	RO	23.020,6	68.351,2	565,9
RORAIMA	RR	15.911,4	60.221,2	8,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	172.171,2	57.164,9	21.266,8
SANTA CATARINA	SC	98.544,4	31.068,3	12.369,6
SERGIPE	SE	36.792,1	100.873,7	158,0
SÃO PAULO	SP	335.817,1	24.275,9	36.196,0
TOCANTINS	TO	35.903,0	105.357,4	59,1
TOTAL		2.540.501,5	2.427.590,1	180.979,9

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.